

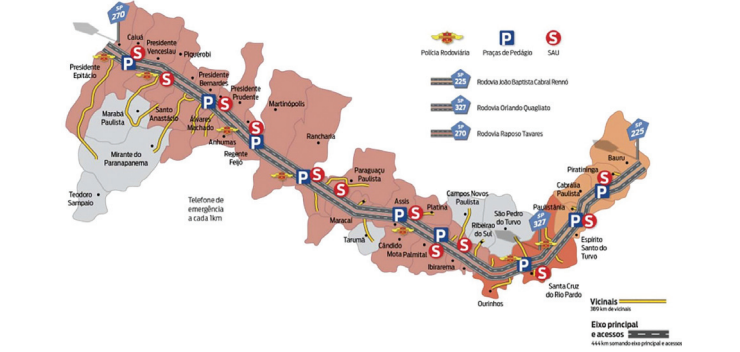


Demonstrações Financeiras 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

A COMPANHIA

Apresentação Da Companhia
A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. - IBH II, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e operação do controlador rodoviário Concessionária Auto Raposo Tavares, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.
A CART detém, até 2039, a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Batista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.



As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e com o Norte do Paraná, importante para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Sobre a IBH
A IBH II, controlada pela Patria Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é um dos maiores fundos de investimentos em Infraestrutura do Brasil. O Patria Investimentos é líder em gestão de ativos alternativos na América Latina, com mais de 30 anos de atuação nas áreas de Private Equity, Infraestrutura, Real Estate e Crédito. Presente nos principais centros financeiros no mundo, possui 10 escritórios distribuídos nos continentes: americano, europeu e asiático. Desde 2010, o Patria Investimentos conta com a BlackStone como sócio, um dos maiores fundos de investimento do mundo, com USD 880 bilhões em investimentos.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Os últimos anos tem sido atípicos e desafiadores. A pandemia provocada pelo novo Coronavírus mudou nossas vidas. Todavia, mudanças trazem grandes transformações, oportunidades e aprendizados. É com esse pensamento que olhamos para frente com bastante otimismo e confiantes de que sairemos fortalecidos e preparados para os novos desafios que o futuro nos reserva. Em 2022, continuaremos operando as rodovias sob nossa concessão com excelência, prezando pela qualidade e segurança dos nossos usuários.

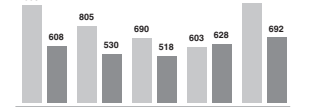
AUMENTO DE 8,6% NOS VEPs* DO 4º TRIMESTRE COMPARADO AO 4º T20 - *VEPs => Veículos Equivalentes Pagantes: No 4º trimestre do ano CART registrou 14,8 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 8,6% na comparação com o mesmo período de 2020. A quantidade de veículos pesados representa cerca de 69,9% do tráfego e apresentou aumento de 10,7%. Em veículos leves o aumento foi de 3,9% comparado ao 4ºT20. A variação positiva refere-se o retorno gradativo do tráfego, devido a campanha de vacinação da COVID-19 em todo o país.

AUMENTO DE 18,4% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA¹ NO 4º T21 COMPARADA AO 4º T20 - * Receita líquida ajustada => Exclui a receita de construção - O aumento da receita líquida ajustada foi impactado, principalmente, pela recuperação do tráfego na rodovia (conforme explicação no quadro anterior) **AUMENTO DE 23,8% NO EBITDA AJUSTADO DO 4º T21 COMPARADO AO 4º T20:** O aumento no EBITDA do 4º T21 está relacionado ao aumento de 18,4% na receita líquida ajustada (conforme explicação nos quadros anteriores). **REDUÇÃO DE 8,5% NO RESULTADO FINANCEIRO DO 4º T21 COMPARADO AO 4º T20:** O resultado financeiro do 4º T21 melhorou em 8,5%. Esta melhora está relacionada a queda nos índices macroeconômicos do período, bem como a diminuição do saldo de endividamento, quando comparado com o 4ºT20. **O RESULTADO ANTES DO IMPOSTO NO 4º T21 FICOU NEGATIVO EM R\$ 22,7 MILHÕES:** Em comparação com o 4ºT20, o resultado antes do imposto melhorou em 37,3%, conforme evidenciado nos quadros anteriores.

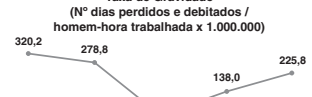
PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA

A pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus mudou nossas vidas de uma forma nunca imaginada. Afetou nossas famílias, a economia, a comunidade e nosso estilo de vida. Desta forma, alguns processos internos da CART precisaram ser reestruturados para garantir a proteção dos nossos colaboradores e, consequentemente, seus familiares, usuários e toda a sociedade. E esta passou a ser nossa prioridade. Neste sentido, e visando o cumprimento das guidelines fornecidas pelas autoridades nacionais e internacionais, a CART disponibilizou a todos os colaboradores kits preventivos para combater à covid, contendo álcool em gel, máscaras, material informativo, flanelas para limpeza de mãos, frasco para spray de álcool e toalhas individuais. Passou a adotar a modalidade de teletrabalho para algumas categorias, sem impactar qualquer execução dos serviços prestados. Para as atividades que continuaram na modalidade presencial, foi criada medidas de proteção específicas, tais como disponibilização de EPIs próprios e produtos de desinfecção. Diversas campanhas educativas foram veiculadas nos canais de comunicação internos, com informações atualizadas, medidas de distanciamento social em contexto de trabalho. Foi criado também, um comitê interno de enfrentamento à Covid-19, formado pela equipe gerencial da concessionária e representantes dos setores de recursos humanos, segurança do trabalho e diretoria, que avalia cada processo do plano operacional com o objetivo de assegurar que todos os colaboradores estejam protegidos. Pensando também em seus usuários a CART realizou diversas ações de saúde junto aos motoristas, na semana nacional de trânsito, como testes rápidos de covid, orientações sobre higiene bucal e alimentação saudável. Além dessas, outras ações foram realizadas no ano de 2021, tais como: setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul. Desta forma, a CART encontra-se totalmente empenhada em proteger os seus colaboradores e em manter a excelência na entrega de serviços aos seus usuários. Abaixo são apresentados alguns indicadores de pessoas, saúde e segurança da Companhia nos últimos anos:

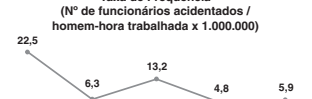
Quadro de Colaboradores: O aumento no quadro de colaboradores próprios no ano de 2021 deve-se à internalização de algumas atividades antes contratada. Já para os Terceirizados referem-se a contratações voltadas aos investimentos que estão sendo realizados pela Concessionária.



Taxa de Gravidade: O aumento na taxa de gravidade no ano de 2021 está relacionada ao retorno de algumas atividades antes remotas. A Companhia mantém campanhas constantes de conscientização, afim de reduzir as ocorrências.



Taxa de Frequência: O aumento na taxa de frequência no ano de 2021 está relacionada ao retorno de algumas atividades antes remotas. A Companhia mantém campanhas constantes de conscientização, afim de reduzir as ocorrências.



ÉTICA E COMPLIANCE

Em novembro de 2021, foi realizada a semana de compliance. A semana contou com uma programação completa, e contou com a participação dos colaboradores da Companhia. Este tipo de ação tem como objetivo compatibilizar os principais normativos e processos da Companhia, e destaca a importância da transparência e da ética nas relações cotidianas, no cumprimento do contrato de prestação de serviços, bem como na utilização adequada do Canal de Denúncia.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Programa CART pela Vida
Em alusão ao Maio Amarelo, campanha que tem como objetivo chamar a atenção da sociedade para os índices de feridos e mortos no trânsito a nível mundial, a CART lançou o Programa CART pela Vida. O programa foi criado com objetivo de promover ações de prevenção e redução de acidentes, ao todo foram realizadas 49 ações que abrangeram todo eixo de concessão, com eventos em 17 municípios, sendo atendidos 4.675 pessoas em postos de serviços. Bases da PMTV e empresas atuantes no corredor. Os temas abordados foram saúde e cidadania, conscientização e segurança viária, trânsito seguro, descarte de resíduos e outros temas relevantes voltados a segurança viária.

Ações de Enfrentamento à COVID-19
Dentro do cenário da pandemia da COVID-19, o programa CART pela vida promoveu ações de vacinação contra a gripe H1N1, que resultou em 452 motoristas vacinados. Além disso, houveram campanhas educativas nas mídias sociais da Concessionária sobre o enfrentamento e os cuidados preventivos em combate à COVID-19.

Programa Educando Caminhos
Destinado aos estudantes e professores, implantamos o Programa Educando Caminhos. Com palestras e atividades pedagógicas, o programa tem como objetivo a conscientização voltada a cidadania, educação para o trânsito e sustentabilidade. Já em sua primeira edição, o programa contou com 975 participantes.

Programa Turismo da Gente
Dentro do cenário pós-covid e entendendo a necessidade de apoiar os municípios na retomada de suas atividades econômicas, a CART lançou o Programa Turismo da Gente. O principal objetivo é divulgar os atrativos turísticos, belezas naturais e riquezas culturais do interior paulista. Ao todo 34 municípios foram mapeados e selecionados, visando a fomentação das atividades turísticas em diversos segmentos como ecoturismo, negócios, bem-estar e saúde, náutico e de aventura, gastronomia e turismo religioso. A estratégia utilizada no programa foi criar uma rede social e um site (@turismodagente e www.turismodagente.com.br) que se tornaram ferramenta de divulgação para os municípios, além de promover a gravação de programas em mídia nacional, visando alavancar o turismo regional.

Incentivo ao Esporte Amador
O município de Bauru permite o repasse de parte do ISS - 5% (cinco por cento) -, devido ao Município à pessoa física ou jurídica cuja natureza seja esportiva e não tenha fins lucrativos - Lei Municipal n. 3.791/94. Diante de tal previsão, a CART optou por destinar referido montante à Associação Nova Era de Tênis de Mesa de Bauru, entidade referência no ensino e treinamento do tênis de mesa, cuja equipe foi eleita a melhor no Estado de São Paulo e a segunda do Brasil. Além deste reconhecimento, a entidade cortou com 5 entre os 20 melhores atletas do mundo em suas respectivas categorias.

MEIO AMBIENTE

Sempre vigilante às questões ambientais, a CART monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema ICG (Indicadores de Controle a Gestão) e acompanhados pela Alta Direção através de reuniões de resultado com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos. Dentre algumas iniciativas voltadas para o meio ambiente desenvolvidas ao longo de 2021, destacam-se:

Programa de Proteção à Fauna
Projeto pioneiro no Brasil que consiste na implantação de estruturas de travessia de fauna e de telameto, para condução segura dos animais e de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança. Foram implantadas mais de 120 passagens de Fauna nas rodovias da CART (Eng. João Batista Cabral Rennó - SP 225, Orlando Quagliato - SP 327 e Raposo Tavares - SP 270). Verificou-se recuo no número de animais avistados sobre a rodovia, representando mais segurança aos motoristas e a própria fauna. As ações do Programa de Proteção à Fauna buscam não só reduzir o número de ocorrências envolvendo animais, mas também mitigar o efeito barreira ocasionado pela rodovia, evitando o isolamento de populações por meio do aumento da conectividade com a formação de corredores ecológicos, o que gera a manutenção de populações e ganhos à diversidade faunística.

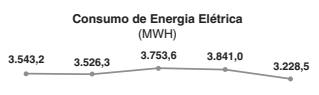
Projeto de Reflorestamento Zona de Amortecimento ESEC - Mico-Leão-Preto
O Projeto de Reflorestamento tem como premissa promover a recomposição florestal de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal no Assentamento Santa Maria II, administrado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Marabá Paulista/SP. A área em questão está contemplada no Plano de Manejo da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, mais especificamente em sua Zona de Amortecimento, definida como Área Ecológica Externa-prioritária de conectividade.

Sistema de Reuso de Água
A Concessionária desenvolve projetos ambientais de recuperação de áreas de preservação. Esse restauro da vegetação, efetivamente, resulta na formação de corredores verdes que cumprem a tarefa de preservar nascentes e mananciais indispensáveis ao abastecimento de municípios. Além de projetos voltados a preservação de nascentes e mananciais, a CART deu outro importante passo no combate à escassez dos recursos hídricos: a adoção de sistema de reuso de água com tecnologia média no Brasil. Os objetivos principais do sistema de reuso são: (i) reduzir a utilização de recursos hídricos pela Concessionária; (ii) mitigar riscos ambientais; (iii) conscientizar colaboradores, usuários e comunidades locais quanto a escassez do recurso, necessidade preservação e uso racional da água, além de incentivo e valorização de práticas sustentáveis. A estação de tratamento implantada na base de Serviço de Atendimento ao Usuário 1 (SAU1) da CART, em pleno funcionamento desde abril de 2021, consiste em tanques que cumprem diferentes etapas até a purificação completa da água. São 5 tanques que fazem a separação e retenção dos resíduos, a eliminação da matéria orgânica por agentes biológicos, até a purificação, que permite o uso da mesma água a cada ciclo renovável. O processo dispensa o uso de produtos químicos. O sistema implantado na CART é singular, pois tem capacidade de gerar água potável de forma direta, em um único ciclo, sem adição de produtos químicos. Apesar do pequeno porte da estação de tratamento, ela é capaz de atender às necessidades básicas de consumo e higiene de mais de 10 famílias todos os dias, em ciclos contínuos com a utilização do mesmo recurso. A implantação da estação de reuso de água do SAU1 é apenas o estágio inicial. A cada passo no sentido de expansão da solução, a CART estará cada vez menos exposta às crises hídricas, assim como reduzindo cada vez mais os seus impactos no meio ambiente. Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos:

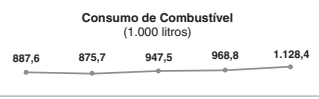
Consumo de Água: A melhoria nos processos de gerenciamento e controle, aliadas às iniciativas de redução de consumo, impactaram positivamente no indicador.



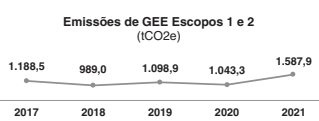
Consumo de Energia: Iniciativas voltas à redução do consumo refletiram numa redução significativa em 2021



Consumo de Combustível: O aumento no consumo de combustível é reflexo de internalizações de atividades antes terceirizadas, com aumento significativo na frota operacional da CART.

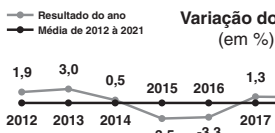


Emissões de GEE (Escopo 1 e 2): O aumento no volume de emissões de GEE em 2021 está relacionado às internalizações ocorridas na Companhia, com maior número de equipamentos movidos a combustíveis fósseis.



CONTEXTO ECONÔMICO

Nos últimos anos o país tem passado por um período de fraco desempenho em termos econômicos. O Produto Interno Bruto (PIB) da última década registrou crescimento médio anual de 0,26%, como demonstrado no gráfico abaixo:



Este ritmo mais lento de crescimento, teve como consequências o retrocesso em algumas questões sociais, como os níveis de emprego e renda, a retração nos investimentos, a baixa performance do setor produtivo além do abalo nos níveis de confiança dos mercados e das famílias. No ano de 2021 o PIB registrou um aumento de 4,6%. A melhora em 2021 é reflexo da campanha de vacinação em combate ao novo Coronavírus, que permitiu a flexibilização das medidas restritivas. A Companhia seguirá atenta a toda e qualquer informações e/ou eventos relacionados à COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios. Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação e juros que auxiliaram no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

	2021	2020	p
Inflação e Juros			
IPCA Últimos 12 meses	10,06%	4,52%	5,5 pp
CDI Final do Período	0,77%	1,90%	-1,1 pp
TDI Acumulado Últimos 12 meses	4,42%	2,76%	1,7 pp
JULP Final Período	5,32%	4,55%	0,8 pp
JULP Média Últimos 12 meses	4,80%	4,87%	-0,1 pp

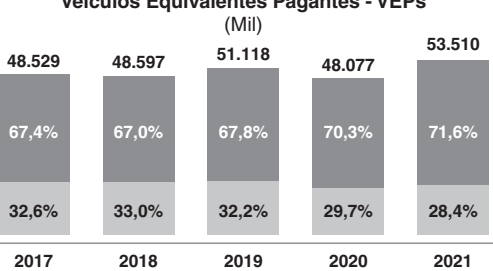
RESULTADO OPERACIONAL

Cenário CART

Desempenho Operacional (Mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
VEPs²	14.759	13.593	8,6%	53.510	48.077	11,3%
Veículos Leves	4.446	4.281	3,9%	15.209	14.295	6,4%
Veículos Pesados	10.313	9.313	10,7%	38.301	33.782	13,4%
Tráfego³	6.918	6.561	5,4%	24.426	22.574	8,2%
Veículos Leves	4.496	4.331	3,8%	15.425	14.505	6,3%
Veículos Pesados	2.308	2.117	9,0%	8.554	7.643	11,9%
Veículos Isentos	115	113	1,2%	447	426	5,0%
Tarifa Média (R\$)	8,81	8,07	9,2%	8,53	8,05	6,0%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo
² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia
A CART registrou 53,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs em 2021, um aumento de 11,3% em relação ao ano anterior. No 4º T21, as nove praças de pedágio da CART registraram 14,8 milhões de VEPs, um crescimento de 8,6% em relação ao mesmo período de 2020.

Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs



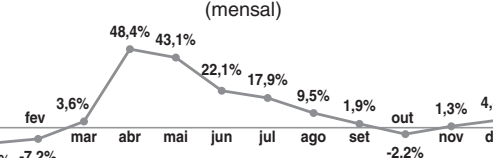
A proporção de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego na rodovia, foi maior em 2021 comparado a 2020.

Cenário Brasil

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado 1,2	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/21 sobre Jan-Dez/20): Brasil	8,8%	7,7%	8,6%
Acumulado do 4º trimestre (Out-Dez/21 sobre Out-Dez/20): Brasil	1,8%	0,2%	1,4%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers
² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam uma retomada no tráfego em 2021, como demonstrado no gráfico a seguir:

Índice ABCR Brasil Veículos leves + pesados 2021 x 2020 (mensal)



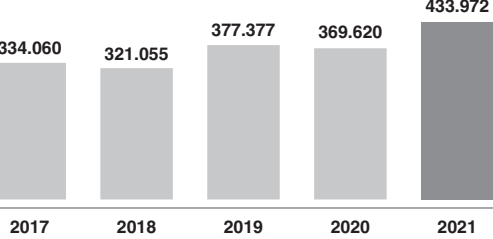
A retomada foi mais forte nos meses entre abril à junho, devido a estes meses terem apresentados quedas significativas no ano de 2020 (início da pandemia e alguns picos de contágio). No acumulado do ano o aumento no tráfego foi de 8,6%, sendo 8,8% para os veículos leves e 7,7% para os veículos pesados.

RESULTADOS FINANCEIROS

Receitas	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Operacional (R\$ mil)	130.213	109.735	18,7%	456.844	387.081	18,0%
Receitas com Pedágio	4.642	4.298	8,0%	17.993	17.460	3,1%
Receitas Acessórias	134.855	114.034	18,3%	474.837	404.542	17,4%
Deduções da Receita Bruta	(11.596)	(9.912)	17,0%	(40.864)	(34.921)	17,0%
Receita de Construção (IFRS)	(5.832)	29.553	-119,7%	145.438	95.333	52,6%
Receita Líquida Ajustada¹	123.259	104.122	18,4%	433.973	369.620	17,4%

¹ *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção*
A receita líquida ajustada totalizou R\$ 434,0 milhões no ano de 2021, um aumento de 17,4% quando comparada com 2020. No 4º T21 o aumento foi de 18,4% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Esta melhora na receita líquida ajustada é explicada pela retomada no tráfego da rodovia, combinada com a atualização contratual anual das tarifas de pedágio. O gráfico abaixo demonstrará a evolução da receita líquida ajustada nos últimos 5 anos:

Receita Líquida Ajustada (R\$ mil)

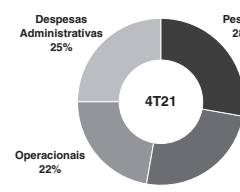


Custos e despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Pessoal	(12.000)	(12.587)	-4,7%	(48.992)	(38.929)	25,8%
Conservação & Manutenção	(10.439)	(6.393)	63,3%	(35.218)	(37.555)	-6,2%
Operacionais	(9.152)	(7.772)	17,8%	(33.164)	(30.772)	7,8%
Despesas Administrativas	(10.542)	(11.685)	-9,8%	(29.097)	(30.750)	-5,4%
Custos & Despesas Administrativas	(42.133)	(38.437)	9,6%	(146.471)	(138.006)	6,1%
Outorga Variável	(4.041)	(3.421)	18,1%	(14.241)	(12.136)	17,3%
Depreciação & Amortização	(34.284)	(30.257)	13,3%	(132.343)	(119.478)	10,8%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(80.458)	(72.115)	11,6%	(293.055)	(269.620)	8,7%
Custo de Construção (IFRS)	5.832	(29.553)	-119,7%	(145.438)	(95.333)	52,6%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(10.575)	(8.184)	29,2%	(35.126)	(32.735)	7,3%
Custos & Despesas Operacionais	(85.201)	(109.852)	-22,4%	(473.619)	(397.688)	19,1%

¹ *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção*
No ano de 2021 os custos e despesas administrativas totalizaram R\$ 146,5 milhões, um aumento de 6,1% quando comparado com o ano de 2020. No 4º T21 o aumento foi de 9,6% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O aumento em Pessoal se deu em função da reestruturação de atividades decorrentes da mudança no controle acionário e primarizações de atividades, antes terceirizadas, mesmo motivo pelos quais ocorreram variações nos agrupamentos de conservação e manutenção. Os custos operacionais aumentaram em decorrência da retomada do tráfego na rodovia. Em custos de construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

Composição dos custos e despesas administrativas: O gráfico ao lado demonstra a representatividade dos custos e despesas administrativas por agrupamento.

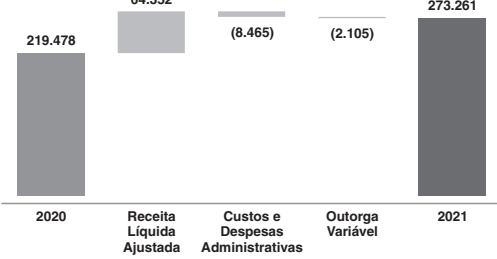


EBITDA e margem EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	(19.227)	251.213	-107,7%	(68.397)	203.093	-133,7%
Resultado Financeiro Líquido	54.961	60.092	-8,5%	205.794	155.611	32,2%
IRPJ & CSLL	(3.508)	(287.483)	-98,8%	(31.605)	(291.439)	-89,2%
Depreciação e Amortização	34.285	30.257	13,3%	132.343	119.478	10,8%
EBITDA ICVM 527	66.511	54.079	23,0%	238.135	186.743	27,5%
Margem EBITDA	51,5%	37,7%	13,9 pp	38,4%	37,4%	1,0 pp
Provisão de Manutenção (IFRS)	10.575	8.184	29,2%	35.126	32.735	7,3%
EBITDA Ajustado¹	77.086	62.263	23,8%	273.261	219.478	24,5%
Margem EBITDA Ajustada¹	62,5%	59,8%	2,7 pp	63,0%	59,4%	3,6 pp

¹ *Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção*
O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 273,3 milhões no ano de 2021, um aumento de 24,5% quando comparado com o ano de 2020, já a margem EBITDA atingiu 63,0%. No 4º T21 o aumento foi de 23,8% e a margem EBITDA atingiu foi de 62,5%. A melhora está relacionada a recuperação do tráfego em nossas rodovias. O gráfico abaixo demonstrará as variações das principais variáveis do EBITDA:

Variação do EBITDA Ajustado (R\$ Mil)



Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Resultado Financeiro (R\$ mil)	54.961	(60.092)	-8,5%	(205.794)	(155.611	



Demonstrações Financeiras 2021



06/IFRS 16) 65 - Revisão anual das normas IFRS 2018-2020; • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); 66; • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4.736	5.237
Caixa e bancos	226.532	370.460
Aplicações financeiras	231.268	375.706
Total de caixa e equivalentes de caixa	473.296	751.403

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99,50% a.a. em 31 de dezembro de 2020). As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 22. b) Aplicações financeiras vinculadas

	Taxa Média	Indexador	2021	2020
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado	100,00%	CDI	8.658	-
Compromissadas com Debêntures (*)	-	-	-	-

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples e 3ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, taxa média de 100% a.a. do CDI (em 31 de dezembro de 2020, a taxa de 99,50% a.a. do CDI). A cada início de trimestre, são realizados aportes em contra-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento. Mensalmente, são realizados aportes em contra-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 22.

4. CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Pedágio eletrônico a receber (*)	25.449	20.652
Valé pedágio	1.387	1.289
Locação de fibra óptica	687	4.002
Outros	2.153	1.250
Total	29.677	27.193

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária. A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a expectativa histórica de perdas por clientes, o segmento de mercado, a situação do crédito (atual e do CDI) em 31 de dezembro de 2020, a taxa de 99,50% a.a. do CDI. A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 22.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RECOLHER, IMPOSTOS DIFERIDOS

	2021	2020
IRRF sobre aplicações financeiras	3.720	1.100
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	859	-
Outros	169	52
Total circulante	4.748	1.152

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Ativos/Passivos	Resultado
Prejuízo fiscal - IR	299.660	263.803
Base negativa - CS	108.232	95.247
Provisão para manutenção	39.189	56.432
Provisão para contingências	6.688	5.642
Atualização depósitos judiciais	866	866
Outras diferenças temporárias	3.126	8.829
Total do ativo fiscal diferido	457.761	429.953
Amortização de direito de concessão	(39.988)	(42.307)
Custo de Captação	(8.124)	(9.088)
Margem de construção	(7.284)	(7.706)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.606)	92
Total do passivo fiscal diferido	(57.002)	(60.799)
Total	400.759	369.154

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

	Ativos/Passivos	Total	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal - IR	105.738	158.065	158.065	263.803
Base negativa - CS	38.065	57.182	57.182	95.247
Provisão para manutenção	56.432	56.432	56.432	56.432
Provisão para contingências	5.642	5.642	5.642	5.642
Atualização depósitos judiciais	866	866	866	866
Outras diferenças temporárias	8.829	(5.703)	(5.703)	3.126
Total do ativo fiscal diferido	429.953	50.754	(22.946)	27.808
Amortização de direito de concessão	(42.307)	-	-	2.319
Custo de Captação	(9.088)	-	-	964
Margem de construção	(7.706)	-	-	422
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.606)	-	-	92
Total do passivo fiscal diferido	(60.799)	-	-	3.797
Total	369.154	50.754	(19.149)	31.605

	Ativos/Passivos	Total	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal - IR	105.738	158.065	158.065	263.803
Base negativa - CS	38.065	57.182	57.182	95.247
Provisão para manutenção	56.432	56.432	56.432	56.432
Provisão para contingências	5.642	5.642	5.642	5.642
Atualização depósitos judiciais	866	866	866	866
Outras diferenças temporárias	8.829	(5.703)	(5.703)	3.126
Total do ativo fiscal diferido	143.803	286.150	286.150	429.953
Amortização de direito de concessão	(44.624)	-	-	2.317
Custo de Captação	(11.543)	-	-	2.455
Margem de construção	(8.128)	-	-	422
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.792)	-	-	94
Total do passivo fiscal diferido	(66.961)	-	-	5.288
Total	77.116	286.150	286.150	429.953

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabeleça as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, à taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão. A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Total dos ativos fiscais diferidos	457.761	5.241	22.681	38.124	50.860	50.860	50.860	50.860	50.860	50.860
Total dos passivos fiscais diferidos	(57.002)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos impostos diferidos	400.759	5.241	22.681	38.124	50.860	50.860	50.860	50.860	50.860	50.860

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(100.002)	(88.346)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34,001	34,001
Imposto de renda e contribuição social alíquota vigente	(2.396)	(1.044)
Adições permanentes	-	262.445
Imposto de renda e contribuição social constituídos (*)	31.605	291.439
Impostode renda e contribuição social resultado	31.605	291.439
Impostos diferidos	31.605	291.439
Total dos impostos diferidos	31.605	291.439
Alíquota efetiva	35%	330%

(*) A Companhia reconheceu no exercício de 2020 o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos até 2019, bem como os valores correspondentes ao exercício corrente. Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabeleça as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. c) Tributos a recolher

	2021	2020
PIS e COFINS	1.930	1.654
ISS	2.756	2.394
IRRF e CSRF	184	37
INSS sobre terceiros	204	267
Total circulante	5.074	4.292

6. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final: A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding II, que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Brasil Holding VI e controladora final o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações. Transações com partes relacionadas: As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiar-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

	2021	2020			
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Resultado Despesa
EIXO (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	-	(4.750)
ENTREVIAS (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	-	(699)
IBH I (ii)	Prestação de serviço	Coligada	2	4	(705)
Total	-	-	-	-	(1.854)
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Resultado Despesa
INVEPAR (ii)	Compartilhamento de despesas	Controladora	-	-	(7.880)
PATRIA (ii)	Compartilhamento de despesas	Controladora	-	-	(4.700)
EIXO (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	59	132	(796)
ENTREVIAS (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	56	130	(677)
Total	-	-	115	262	(14.053)

(i) Controladora/coligada da Companhia até 30/04/2020. (ii) Partes relacionadas do atual controlador da Companhia. (iii) Refere-se ao relatório das despesas do Centro de Serviços Compartilhado (CSC) entre a Companhia e a Entrevias e Eixo e o valor de reembolso é apurado pelo custo incorrido. Remuneração dos Administradores: Em 10 de Agosto de 2020, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração dos administradores de até R\$ 6.000 (idêntico em 31 de dezembro de 2020). A remuneração dos Administradores, responsável pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

	2021	2020
Composição	2.276	1.083
Pro-labore	2.620	1.058
Bônus variáveis	929	457
Encargos	98	119
Outros benefícios	5.923	2.717

7. IMOBILIZADO

Vida útil média em anos	2020	Adições	Baixas	Transferência	2021
Custo					
Instalações	25	167	-	-	167
Máquinas e equipamentos	6	7.337	8.563	-	410
Móveis e utensílios	5	2.085	102	-	4.353
Veículos	5	4.089	22.390	(145)	26.334
Equipamentos de informática	7	43.569	2.151	(117)	45.603
Ferramentas e aparelhos	9	331	143	-	474
		59.744	33.349	(262)	410
Depreciação acumulada					
Instalações	(58)	(7)	-	-	(65)
Máquinas e equipamentos	(6.285)	(399)	-	-	(6.684)
Móveis e utensílios	(3.883)	(69)	-	-	(3.952)
Veículos	(3.472)	(1.983)	47	-	(5.408)
Equipamentos de informática	(39.550)	(1.010)	-	-	(40.560)
Ferramentas e aparelhos	(925)	(5)	-	-	(930)
	(59.744)	(3.473)	47	-	(57.000)
	6.170	29.876	(215)	-	410
Imobilizado líquido					36.241

Vida útil média em anos	2019	Adições	Baixas	Transferência	2020
Custo					
Instalações	25	165	2	-	167
Máquinas e equipamentos	6	6.482	855	-	7.337
Móveis e utensílios	6	4.149	102	-	4.251
Veículos	5	3.846	408	(165)	4.089
Equipamentos de informática	7	40.759	2.810	-	43.569
Ferramentas e aparelhos	9	331	-	-	331
	55.732	4.178	(165)	-	59.744
Depreciação acumulada					
Instalações	(51)	(7)	-	-	(58)
Máquinas e equipamentos	(5.893)	(392)	-	-	(6.285)
Móveis e utensílios	(3.807)	(76)	-	-	(3.883)
Veículos	(3.404)	(139)	71	-	(3.472)
Equipamentos de informática	(38.444)	(1.106)	-	-	(39.550)
Ferramentas e aparelhos	(925)	(5)	-	-	(930)
	(51.926)	(1.720)	71	-	(53.675)
	3.806	2.459	(94)	-	6.170

Imobilizado líquido Ativos cedidos em garantia: A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

8. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM ANDAMENTO

Vida útil em anos	2020	Adições	Baixas	Transferência	2021
Custo					
Software	5	12.426	217	-	12.643
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.354.060	131.984	(328)	2.586.443
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	634.000
Direito de uso - IFRS 16	-	-	6.597	-	6.597
Custo acumulado	3.000.506	138.798	(328)	-	3.241.703
Amortização					
Software	(10.225)	(571)	-	-	(11.096)
Marcas e patentes	(20)	(20)	-	-	(40)
Direito de concessão	(604.854)	(106.420)	23	-	(711.251)
Outorga fixa	(248.632)	(21.133)	-	-	(269.765)
Direito de uso - IFRS 16	-	(769)	-	-	(769)
Amortização acumulada	(864.031)	(128.893)	23	-	(992.901)
Saldo intangível líquido	2.136.475	9.905	(305)	-	2.248.802
Infraestrutura em andamento (***)	166.995	14.192	-	(103.138)	78.049

Vida útil em anos	2019	Adições	Baixas	Transferência	2020
Custo					
Software	5	10.713	1.629	84	12.426
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.296.004	58.056	-	2.354.060
Outorga fix					



Demonstrações Financeiras 2021



15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente. A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são:

Provisão para Manutenção	2020	Adições	AVP	Consumo	Transferências	2021
Passivo circulante	-	-	-	(79.130)	176.889	97.759
Passivo Não circulante	165.977	35.126	(6.701)	-	(176.889)	17.513
Total	165.977	35.126	(6.701)	(79.130)	-	115.272

Provisão para Manutenção	2019	Adições	AVP	Consumo	Transferências	2020
Passivo não circulante	133.243	32.734	-	-	-	165.977
Total	133.243	32.734	-	-	-	165.977

Em junho de 2021, a Companhia reclassificou a obrigação reconhecida no passivo não circulante para o passivo circulante. Essa reclassificação está substanciada na aprovação dos projetos de Conservação Especial do Pavimento junto a agência reguladora, as quais ocorreram no 2º trimestre de 2021. Diante destas aprovações, tais valores foram submeados e aprovados pela Administração da Companhia para o orçamento 2021/22.

16. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

b) Composição dos saldos e movimentação

	2021	2020
Passivo de arrendamento	-	-
Saldo Inicial	-	-
Adições	6.597	-
Juros Provisionados	244	-
Pagamento de Juros	(244)	-
Pagamento de Principal	(140)	-
Total	6.457	-
Passivo Circulante	2.484	-
Passivo Não Circulante	3.973	-

Para os contratos reconhecidos em 2021, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Até 30 de abril de 2020, a CART era uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR. Após o cumprimento das condições precedentes, previstas no contrato de compra e venda de ações, incluindo as aprovações dos credores da CART e da Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, a INVEPAR vendeu a sua participação na CART para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A. Dessa forma, em 30 de abril de 2020 foi realizada a transferência de 100% (cem por cento) das ações de emissão da CART detidas pela INVEPAR para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A. Capital social: Em 21 de outubro de 2021, foi deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o aumento de capital no valor de R\$ 85.700 em espécie, mediante a emissão de 241.953.699 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 241.953.699 novas ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2021 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.306.400 (R\$ 1.560.500 em 31 de dezembro de 2020), representados por 11.457.259.323 ações (8.188.485.616 ações em 31 de dezembro de 2020), sendo 5.728.629.561 ações preferenciais e 5.728.629.562 ações ordinárias (4.094.242.310 ações preferenciais e 4.094.242.310 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020). Integralmente subscritas. As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação na Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias. b) Dividendos e juros sobre o capital próprio: A terceira emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplência acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035. c) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Acionista

	2021	2020
Infraestrutura Brasil Holding II S.A.	-	660.200
	-	660.200

Os adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC realizados até 2020 foram 100% integralizados ao capital social da empresa em 2021, vide tabela abaixo:

Data Integralização	Valor
15/02/2021	167.000
19/10/2021	493.200
Total Integralizado	660.200

18. RECEITAS

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2021 e 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza: Receitas por natureza

	2021	2020
Receita de pedágio	456.844	387.081
Receitas acessórias	17.993	17.461
Impostos, deduções e cancelamentos	(40.864)	(34.922)
Receita líquida de serviços	433.973	369.620
Receita de construção (a)	145.438	95.333
Receita total	579.411	464.953

a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecida a construção de acordo com ICPC01/IFRIC 12.

Base de cálculo de impostos

	2021	2020
Receitas com serviços	474.837	404.542
Deduções	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	14.245	12.136
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	3.086	2.630
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	23.533	20.226
Deduções da receita	(40.864)	(34.992)

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2021	2020
Pessoal	(48.992)	(38.929)
Conservação e manutenção	(35.218)	(37.555)
Despesas administrativas	(29.097)	(30.575)
Operacionais	(33.654)	(29.239)
Outorga variável	(14.241)	(12.136)
Custo de construção de obra	(145.438)	(95.333)
Provisão de manutenção	(35.126)	(32.735)
Depreciação e amortização	(132.343)	(119.478)
Perda no recebimento de crédito e riscos	-	(1.651)
Outras receitas operacionais	490	118
	(473.619)	(397.688)

Custo de serviços prestados

	2021	2020
Despesas gerais e administrativas	(52.035)	(46.269)
Outras receitas operacionais	490	118
	(473.619)	(397.688)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Juros sobre aplicações financeiras	15.411	4.558
Outros	790	128
Total receitas financeiras	16.201	4.686
Despesas financeiras	-	-
Comissões e despesas bancárias	(686)	(1.014)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.987)	(37.408)
Varição monetária passiva	(117.548)	(66.071)
Juros sobre debêntures	(67.953)	(52.847)
Outros	(8.821)	(2.956)
Total despesas financeiras	(221.995)	(160.296)
Total resultado financeiro	(205.794)	(155.610)

21. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2021	2020
Juros sobre aplicações financeiras	15.411	4.558
Outros	790	128
Total receitas financeiras	16.201	4.686

22. GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e gerencia considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. a) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco. b) Exposição a riscos cambiais: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. Na data base 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denotado em moeda estrangeira. c) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Considerações gerais - Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI -; Debêntures: classificadas como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. - As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2021, conforme quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Nível	Valor justo	Custo amortizado	Nível
Ativos						
Caixa e equivalentes	-	4.736	-	-	5.237	-
Aplicações financeiras	-	226.532	-	-	370.469	-
Depósitos judiciais	17.049	-	2	19.637	-	2
Contas a receber	-	29.677	-	-	27.193	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	115	-
Total do ativo	17.049	260.945	-	19.637	403.014	-
Passivos						
Fornecedores	-	46.051	-	-	28.287	-
Partes relacionadas	-	217	-	-	262	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.252.826	-	-	1.284.120	-
Concessão de serviço público	-	1.377	-	-	1.157	-
Total do passivo	-	1.300.471	-	-	1.313.826	-

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são: a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos: Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos: (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia. (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial. Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. *Hierarquia do valor justo:* A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: *Nível 1:* preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos identificados. *Nível 2:* outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. *Nível 3:* técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras:* Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos, conforme demonstrados nas notas explicativas, correspondentes 10 e 11. c) Exposição a riscos de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. As operações que sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando garantir este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamento à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplências. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou valores a receber de R\$ 29.677 (R\$ 27.193 em 31 de dezembro de 2020), sendo 88,8% deste total valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação - OSAs, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber. O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 a, nº 3 b e nº 4, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating. d) Operação de derivativos: A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e debêntures. Dando sequência ao seu plano para fortalecer a estrutura de capital, que foi submetido e aprovado por seus debenturistas em assembleia realizada em 07 de junho de 2021, a CART realizou uma nova emissão de debêntures no valor de R\$ 1.050.000 (nota explicativa nº 11) e também recebeu recursos do seu controlador por aumento de capital social de R\$ 85.700 (nota explicativa nº 17). Os recursos levantados foram utilizados para pagar sua dívida com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que somava R\$ 283.056 em outubro de 2021, além de recomprar R\$ 838.553 de sua 2ª emissão, após 73,57% desses debenturistas aderirem à oferta de aquisição facultativa lançada em 23 de setembro, com um prêmio de 3,2% a 1ª série e de 5,4% a 2ª série. Como a 3ª emissão de debêntures, cujo vencimento se dará em dezembro de 2035, e considerando os R\$ 304.068 da 2ª emissão que permanecerá e vencerá em 2024, o prazo médio de vencimento das dívidas da CART sai para cerca de nove anos. Isso proporciona maior flexibilidade financeira, uma vez que seus fluxos de caixa serão suficientes para financiar seu programa de investimentos nas rodovias (cerca de R\$ 700.000 entre 2021 e 2023), e também para servir a sua dívida sem depender de novos aportes de capital de seu controlador, fortalecendo de sobremaneira sua estrutura de capital. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira:

Realização dos ativos fiscais diferidos

Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.6.2 e 5.b das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu, nas suas demonstrações financeiras, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 400.759 mil.

Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Companhia e envolve certas premissas tais como: (i) volume de trabalho e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA) f; (iv) período projetivo da concessão.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de março de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.8 e 8 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu, nas suas demonstrações financeiras, ativos não financeiros relacionados à concessão no valor de R\$ 2.326.851 mil.

A Companhia avalia anualmente a existência de indicadores de desvalorização dos valores contábeis desses ativos e estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC) às quais esses ativos estão alocados.

A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de trabalho e tarifa de pedágio esperada (IPCA); (ii) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC D).

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de negócios que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Principais assuntos de auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*);

(i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;

(ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis;

(iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis;

(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões;

(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave;

(i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;

(ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis;

(iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis;

(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões;

(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Principais assuntos de auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave;

(i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;

(ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis;

(iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis;

(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões;

(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração